

Greve Académica de Março de 1907

A greve académica despoletada a 1 de Março de 1907, na sequência da reprovação de um candidato a doutoramento em Direito, na Universidade de Coimbra, transformou-se rapidamente num movimento à escala nacional e de natureza revolucionária. Mas nos escolhos que o tempo foi trazendo, vão revelar-se grupos, interesses, visões e estratégias diferentes que acabarão por esgotar o ímpeto inicial do movimento.

A Universidade de Coimbra representava para uma larga maioria de estudantes um poder retrógrado, cristalizado num conservadorismo ideológico, metodológico e orgânico que, desde há algumas décadas, vinham contestando com crescente firmeza. É este sentimento partilhado de insatisfação, de estar perante injustiças insustentáveis, que é catalisado pela reprovação de José Eugénio Dias Ferreira, por sinal filho do ex-presidente do Conselho José Dias Ferreira. A notícia irrompeu pelos corredores da Faculdade de Direito a 28 de Fevereiro, gerando um grande burburinho que tomou a forma de campanha de protesto e solidariedade para com a “vítima” do poder despótico da Universidade. E no dia seguinte, 1 de Março, a maioria dos estudantes, de todas as faculdades, boicotou a frequência às aulas, desdobrando-se em acções com vista a definir outras formas de protesto.

Como reacção, o reitor, Dr. António Santos Viegas, mandou encerrar a universidade, decisão que é sancionada por decreto governamental. A inabilidade das autoridades para gerir o conflito no seu nicho original, veio possibilitar a agregação de forças exógenas ao movimento de protesto, nomeadamente os republicanos em ascensão, mas também os próprios monárquicos, cujos partidos «rotativos» haviam sido afastados do poder, e todos os insatisfeitos com a governação de João Franco.

A partir desse momento, a contestação estudantil extravasa o perímetro universitário e, em vagas sucessivas, propaga-se pelas cidades de Coimbra, Lisboa, Porto... pelo país inteiro. A imprensa teve, naturalmente, um papel relevante, quer na difusão da informação, quer na mobilização de apoios para os “rapazes”. Os jornais académicos atingiram tiragens inéditas e os jornais diários e semanários, como *O Século*, *Ilustração Portuguesa*, *O Mundo* e *A Luta*, fizeram manchetes com a luta dos estudantes, conferindo-lhe uma visibilidade inusitada. No mesmo sentido funcionaram as manifestações de apoio expressas por personalidades oposicionistas, como António José de Almeida, Teófilo Braga, Brito Camacho, João Chagas ou Guerra Junqueiro.

A teia de motivações que alimenta o movimento diversifica-se e é sintomática a insistente preocupação de sublinhar a natureza exclusivamente académica da luta e os seus elevados objectivos de renovação cultural do país, por via da reforma do ensino. Igualmente sintomática, mas, desta feita, da incapacidade do governo para analisar e definir uma estratégia de abordagem do protesto universitário, é a insistente acusação de rebeldia política que fez recair sobre os estudantes, ignorando as suas críticas á instituição universitária. O extremar de posições era inevitável.

A 1 de Abril é divulgado o acórdão disciplinar que o Conselho de Decanos da Universidade fez recair sobre 17 estudantes, considerados «agentes criminosos». Dez deles virão a ser considerados inocentes por falta de provas individuais e sete são condenados a penas de expulsão de um e dois anos (Ramada Curto, Pinho Ferreira, Campos de Lima, Carlos Olavo, Pinto Quartim, Freitas Preto e Alberto Xavier). Com estes factos inflamam-se ainda mais os ânimos e aumentaram as acções de denúncia e protesto, insufladas por intensos debates no Parlamento que a imprensa fez ressoar. Crente no seu poder, o governo determinou a reabertura das aulas para o dia 8 de Abril, assegurando a presença das forças da ordem e ameaçando os estudantes com a perda do ano lectivo no caso de persistirem no boicote.

Os acontecimentos vieram demonstrar, mais uma vez, que o governo de João Franco subavaliava a determinação dos estudantes e a sua capacidade de mobilização: o boicote não só se manteve em Coimbra, como se estendeu a todas as escolas superiores e técnicas de Lisboa e do Porto, designadamente à Academia de Belas-Artes, ao Conservatório Nacional de Música, etc., bem como a uma série de liceus de todo o país. O recurso à força verificado em alguns estabelecimentos da capital configura já o desespero sentido pelo poder face à dimensão nacional alcançada pela contestação estudantil e a toda a panóplia de pressões que o fustigam.

É neste cenário que se verifica a transição para a fase ditatorial do governo franquista, processo iniciado com o encerramento da Câmara dos Deputados, a 11 de Abril, com vista à sua futura dissolução, o que se verificou a 10 de Maio.

Entretanto, a 15 de Abril, o governo determinou novamente o encerramento de todos os estabelecimentos de ensino superior e técnico onde se mantinha o boicote, além de outras medidas de natureza repressiva (proibição de reuniões, comícios e outras formas de expressão colectiva). Os liceus, “elo” mais frágil da mobilização, dada a menoridade dos estudantes grevistas, que os tornava mais permeáveis à autoridade paternal, não foram afectados por aquela decisão e, gradualmente, normalizaram o seu funcionamento.

Em regra, o tempo não funciona como “aliado” dos movimentos colectivos de contestação. Pelo contrário, a sua acção é desagregadora: por um lado, e superado o efeito surpresa, permite ao “adversário” definir uma estratégia de resposta; por outro lado, no interior do próprio movimento vão surgindo divisões, tendo por base as diferentes sensibilidades, empenhos, avaliações de “ganhos” e “perdas” de cada um.

A perda do ano lectivo, ou por faltas injustificadas ou pela impossibilidade de realização dos exames, cuja época se aproximava, é desde logo um cenário explorado pelo governo e as autoridades académicas para demover os grevistas e conquistar o apoio das respectivas famílias. Estas chegam mesmo a organizar-se em comissão de pais dos alunos grevistas, desenvolvendo contactos diversos nomeadamente com o próprio rei D. Carlos I.

Foi no mesmo sentido a atitude dialogante do novo reitor de Coimbra, Dr. João de Alarcão, nomeado a 18 de Abril. Em reunião com a academia, disponibilizou-se para interceder junto do governo a favor de uma amnistia geral dos estudantes, extensível também aos que haviam sido expulsos. Paralelamente, através da imprensa, de personalidades reputadas e de estudantes “não alinhados” são lançadas campanhas e boatos que vão minando a solidariedade inicial.

Ao longo do mês de Maio, vão crescendo os resultados da estratégia alinhada pelo governo pelo que, a 23 desse mês, um decreto determina a reabertura da Universidade de Coimbra, exclusivamente, para efeitos de exames, mas sob determinadas condições: por um lado, as provas só contemplariam as matérias leccionadas; por outro lado, só os alunos que, até 8 de Abril, não tivessem perdido o ano por faltas, poderiam candidatar-se. Decretos similares são promulgados pouco tempo depois (25 e 29 de Maio), regulando as escolas superiores de Lisboa e Porto (25 de Maio) e escolas industriais, comerciais, de agronomia e veterinária (29 de Maio).

A aparente boa-vontade governativa camuflava o mesmo propósito de evitar concentrações de estudantes e promover a divisão entre as fileiras grevistas. Os sucessivos adiamentos do prazo de candidatura a exame também corroboram essa leitura.

Não obstante o desgaste que a crise académica causou ao governo franquista e à própria monarquia, no plano imediato ou de curto prazo, a sua estratégia saldou-se num inequívoco “refluxo da energia grevista”. A maioria dos estudantes candidatou-se aos exames dentro dos prazos definidos. E mesmo os que resistiram, honrando os princípios que despoletaram o movimento e a solidariedade para com os colegas expulsos – baptizados pela imprensa de «intransigentes» – acabarão por requerer exame numa segunda época. Esta mudança, ainda que posterior à publicação dos decretos que indultaram os estudantes das penas de expulsão, significou a capitulação final do movimento estudantil. Mas a iniciação ideológica e política de muitos estudantes, que o futuro revelaria como personalidades marcantes da Primeira República, era já uma realidade incontornável.

Rita Correia
(1.10.2007)

Saber mais:

- **BOAVIDA**, Ana Maria Caiado, «*Tópicos sobre a prática dos estudantes republicanos (1890-1931): limites e condicionantes do movimento estudantil*» in *Análise Social*, nº 77, 78 e 79, Lisboa, 1983.

- **BRANCO**, João Franco Pinto Castelo, *Cartas de El-Rei D. Carlos I*, Aillaud & Bertrand, Lisboa, 1924.

- **CABRAL**, António, *Cartas de El-Rei D. Carlos I a João Franco Castello Branco seu último Presidente do Conselho*, Aillaud & Bertrand, Lisboa, 1924.

- **CASTRO**, Américo de, *Últimos Anos da Monarquia. Memórias*, Porto, J. Pereira da Silva 1918.
- **CHAGAS**, João, *Subsídios Críticos para a História da Dictadura*, Tip. Anuário Comercial, 1908.
- **CORREIA**, Natália, *A Questão Académica de 1907*, Minotauro/Seara Nova, Lisboa, 1962.
- **CUNHA**, D. Correia da, *A "Malta". Reportagens da Vida Académica de Coimbra*, Coimbra, 1933.
- **GUEDES**, Armando Marques, *Páginas do Meu Diário*, Editorial Enciclopédia, Lisboa/Rio de Janeiro, 1957.
- **GOMES**, Joaquim Ferreira, «*A ideologia oficial da Universidade de Coimbra em 1910, antes da proclamação da República: uma mistura do serviço de Deus e do serviço de Minerva*» in *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso de História da Universidade*, Coimbra, 1991, vol. I, pp. 433-437.
- *História da República*, Editorial O Século, 1960.
- **LAMY**, Alberto Sousa, *A Academia de Coimbra (1537-1990)*, Rei dos Livros, Lisboa, 1990.
- **LEAL**, Cunha, *Coisas de Tempos Idos. As Minhas Memórias. Romance duma época, duma família e duma vida de 1888 a 1917*, Ed. Autor, Lisboa, 1966, 3 vols.
- **LIMA**, João Evangelista Campos, *A Questão da Universidade: depoimento d'um estudante expulso*, Clássica Editora, Lisboa, 1907.
- **MACHADO**, António, *Bernardino Machado. Memórias*, Livraria Figueirinhas, Porto, 1945.
- **MACHADO**, Bernardino, *Pela República (1906-1908)*, Ed. Autor, Coimbra, 1908.
- **MACHADO**, Bernardino, *Universidade de Coimbra*, Ed. Autor, Coimbra, 1908.
- **MADEIRA**, Lina Maria Alves, *Alberto da Veiga Simões. Esboço de uma biografia política*, Quarteto Editora, Coimbra, 2002.
- **MARTINS**, Rocha, *João Franco e o seu tempo*, Ed. Autor, Lisboa, 1925.
- **MARTINS**, Rocha, *Vermelhos, Brancos e Azuis*, Organizações Crisális, Lisboa, 1950, vol. II.
- **PIMENTA**, Alfredo, *Factos Sociaes: Problemas d'hoje: Ensaios de Philosophia Critica*, Lello & Irmão, Porto, 1908.

- **PRATA**, Manuel Alberto de Carvalho, *A Academia de Coimbra (1880-1926)*, Sociedade, Cultura e Política, Coimbra, 1994.
- **QUARTIN**, António Tomás Pinto, «*A Greve Académica de Coimbra em 1907*» in *Ver e Crer*, nº 45, Lisboa, 1949, p. 3-9.
- **RAPOSO**, Hipólito, *Livro de Horas*, França Amado, Coimbra, 1913.
- **RIBEIRO**, Herlander, *Cartas de uma tricana. Coimbra de 1903 a 1908*, Lisboa, 1936.
- **RODRIGUES**, Alice Correia Godinho, «Ideal republicano e reforma da universidade» in *História das Ideias*, nº 7, Faculdade de Letras, Coimbra, 1985, pp. 313-333.
- **SARDICA**, José Miguel, «*Combate político e renovação cultural: a Greve Académica de 1907*». Comunicação apresentada no Colóquio de História Contemporânea «Maio de 1968: Trinta anos depois. Os movimentos estudantis em Portugal», organizado pelo Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, realizado na referida Universidade, nos dias 28 e 29 de Maio de 1998.
- **SARDICA**, José Miguel, «*A Greve Académica de 1907. Combate político e renovação cultural*» in *História*, 3.^a Série, nº 4-5, Lisboa, Julho-Agosto 1998, pp. 28-37.
- **SARDICA**, José Miguel, «*A Greve Académica de 1907*» in *Século XX. Homens, mulheres e factos que mudaram a História*, nº 4, Público/El País, Lisboa, 2000, pp. 96-97.
- **SOUSA**, Marnoco, **REIS**, José Alberto, *A Faculdade de Direito e o seu ensino*, França Amado Editora, Coimbra, 1907.
- **TORGAL**, Luís Reis, «*A universidade entre o dinamismo e o estrangulamento cultural*» in *Portugal Contemporâneo*, dir. A. Reis, Lisboa, 1989, vol. 2, pp. 257-262.
- **VENTURA**, António, «*Um Anarquista Português em Paris*» in *História*, 3.^a Série, nº 47, Lisboa, Julho/Agosto, 2002, pp. 66-67.
- **XAVIER**, Alberto, *História da Greve Académica de 1907*, Coimbra Editora, Coimbra, 1962.